

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2021/041717
RECORRENTE: ROBSON NASCIMENTO CONCEICAO
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R001392668

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO À JARI SEINFRA. INFRAÇÃO DO ART. 218, INCISO I DO CTB. PEDIDO DE CONVERSÃO DO 267 CTB SOB ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS COM BASE NA ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ARTIGO 267 PELA LEI 14.071/2020 DO CTB E DA NOVA RESOLUÇÃO CONTRAN N.º 918/2022 DEIXANDO O DEFERIMENTO DA CONVERSÃO UM A FACULDADE DA ADMINISTRAÇÃO E PASSOU SER UM DEVER, SE PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto no intento de afastar aplicação de penalidade imposta em decorrência de infração de trânsito prevista no art. 218, Inciso I do CTB, lavrada no AIT n.º R001392668, data 17/05/2021 na Rodovia BA099 Km 13,23 – Camaçari/BA.

Em sua defesa formula alegações que tentam afastar a penalidade aplicada sem, e faz requerimento de conversão de penalidade de multa em advertência por escrito, por alegar preenchimento dos requisitos legais. A autuação foi lavrada em 17/05/2021, após o advento da alteração legislativa do CTB vigente a partir de 14/06/2021.

O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito e foto do veículo captada pelo equipamento no momento da infração, e documentos, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do presente Recurso.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, e presentes todos os requisitos de ordem formal quanto à lavratura do AIT, as argumentações contidas nas razões recursais quanto ao pedido de conversão da penalidade de multa em advertência por escrito devem prosperar, no sentido de nulidade da autuação, vez que cabe à JARI modificar a pena aplicada pela autoridade de trânsito, mas deve anulá-la quando, imotivadamente, impõe-se punição mais severa, mesmo quando a lei admite pena mais branda.

Considerando que não existe até o momento acesso do órgão atuador (SEINFRA/SIT) a banco de dados de outros órgãos atuadores sobre as infrações contidas no prontuário dos condutores e de proprietários dos veículos (RENACH/RENAVAM), da consulta ao sistema SMT percebe-se que foram preenchidos os requisitos legais exigidos pelo artigo 267 do CTB, após as alterações promovidas pela lei 14.071/2020 e Resolução CONTRAN n.º 918/2022.

Não havendo ato motivado do órgão atuador para aplicação de pena mais severa (multa) que a advertência por escrito, diante de infração de natureza leve ou média e sem o cometido de outra infração, da mesma natureza, no período de doze meses, é um direito do infrator a conversão da penalidade de multa, pelo que se extrai da redação do artigo 10, § 2º, 3º da Resolução CONTRAN n.º 918/2022.

Por tais motivos, considerando que a decisão do órgão atuador não foi motivada para aplicação de penalidade de multa ao invés da conversão em advertência por escrito, mesmo estando presentes os requisitos legais para a conversão, e não podendo a JARI promover a referida conversão, se impõe a declaração de nulidade do AIT por este Órgão Colegiado, quando, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, **pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração n.º R001392668** lavrado contra **ROBSON NASCIMENTO CONCEICAO, determinando seu conseqüente arquivamento.**

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração n.º **R001392668** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto n.º 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 10 de janeiro de 2023.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI